

1 ATA DA V REUNIAO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS
2 HÍDRICOS – CNRH, realizada no dia 15 de dezembro de 2000, no auditório da
3 CODEVASF em Brasília, DF.

4
5 Às nove horas e quarenta e cinco minutos, no auditório da CODEVASF em Brasília,
6 DF, deu-se o início da V Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
7 – CNRH quando o Excelentíssimo Senhor Ministro José Sarney Filho, o Dr. Raymundo
8 José Santos Garrido, Secretário de Recursos Hídricos e Secretário Executivo do CNRH,
9 e o Dr. Jerson Kelman futuro presidente da ANA, tomarem lugar à mesa. A seguir o
10 Senhor Ministro José Sarney Filho, presidente do CNRH, cumprimentou a todos,
11 declarou aberta a 5ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e fez
12 o seguinte pronunciamento: “A condução da Política Nacional de Recursos Hídricos
13 está entre as atribuições do Ministério do Meio Ambiente que considero mais
14 importante. A água é um recurso natural, vital ao equilíbrio dos ecossistemas,
15 interligando todos os seus outros componentes e processos ecológicos. Como a corrente
16 sangüínea para nossos corpos, a água é a essência do grande mecanismo que garante a
17 vida na Terra. Por este motivo, este recurso requer, mais que qualquer outro, uma gestão
18 integrada, pautada sempre na visão de conjunto propiciada pela gestão ambiental, única
19 capaz de entender toda a complexidade de suas relações. Não por outro motivo, a forma
20 de gestão consagrada na Lei da Política Nacional dos Recursos Hídricos traz as
21 características da integração, da participação e da descentralização, há muito também
22 consagradas para a gestão dos demais recursos ambientais. A especialidade é contrária
23 à correta avaliação das questões em meio ambiente, cujos estudos sempre estiveram
24 baseados numa abordagem multidisciplinar. Assim, a capacidade de visão do todo,
25 somente propiciada pela gestão ambiental, é, ao nosso ver, a condição fundamental para
26 garantir o usufruto de nossos recursos hídricos, em quantidade e qualidade adequadas,
27 pelas atuais e futuras gerações. Enquanto parlamentar, tive a oportunidade de
28 acompanhar cada passo da elaboração da Lei 9.433, de 1997, tendo participado do
29 debate de seus vários substitutivos, assim como o fez maravilhosamente a sociedade
30 brasileira. Esta Lei, sem dúvida alguma, é fruto de intensa e aguerrida participação de
31 todos os segmentos da sociedade, de alguma forma ligados ao uso e à conservação dos
32 recursos hídricos nacionais. Hoje, com a atribuição de dirigir a Pasta do Meio
33 Ambiente, é motivo de minha preocupação a continuidade da implementação e da
34 regulamentação dessa fantástica Lei que constitui um marco para a construção do
35 desenvolvimento sustentável no País. Com seu caráter inovador, ela institucionaliza a
36 gestão participativa, não só entre as esferas de Governos estaduais e federal, mas
37 também na base da sociedade brasileira. Entre seus princípios, praticados em quase
38 todos os países que avançaram na gestão de recursos hídricos, estão a adoção da bacia
39 hidrográfica como unidade de planejamento, a garantia do uso múltiplo da água e o seu
40 reconhecimento como bem econômico. Entre as diretrizes gerais traçadas para a
41 implementação da Política Nacional dos Recursos Hídricos está a necessidade de sua
42 integração e articulação com a gestão ambiental, com o ordenamento do uso do solo e
43 com a gestão de sistemas estuarinos e de zonas costeiras, além da necessária
44 articulação com o planejamento regional, estadual e nacional. Não bastassem tão
45 consideráveis avanços, a legislação brasileira ainda criou um arcabouço institucional
46 para o setor de recursos hídricos que enseja a participação de todos os agentes sociais
47 interessados nas decisões sobre o uso da água. Tal arranjo de instituições tem a figura
48 do comitê de bacia como unidade de ação e, ao mesmo tempo, o seu centro de
49 articulação. O comitê é, pois, o coração do Sistema Nacional de Gerenciamento de
50 Recursos Hídricos que é encabeçado por este Conselho, órgão máximo de sua
51 hierarquia na instância administrativa. Esta reunião realiza-se em circunstância muito

especial para o setor no Brasil, pois coincide com a recente criação da Agência Nacional de Águas – ANA, a etapa que faltava ser cumprida para que o arranjo institucional, a que há pouco me referi, viesse a alcançar a sua configuração final. E tenho a satisfação de dizer que a criação da nova agência foi concebida e realizada durante minha gestão. Inauguramos, assim, uma nova e promissora etapa do setor de recursos hídricos no Brasil, dando consequência aos dispositivos da Reforma do Aparelho do Estado estruturada no Governo do Presidente Fernando Henrique. Entre esses dispositivos, um se refere à separação entre as tarefas de formular políticas e de implementar essas mesmas políticas. A estrutura institucional que acabamos de completar permite que a formulação da política de recursos hídricos, atividade inerente ao Núcleo Estratégico do Governo, seja engendrada pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, ficando sua implementação a cargo da Agência Nacional de Águas. Na verdade, somente fazemos repetir a estrutura bastante lógica – CONAMA, Ministério e IBAMA – que funciona para a gestão dos demais recursos ambientais brasileiros. Também nesse último caso, quero ressaltar, inauguramos, com a minha gestão, uma segregação bastante nítida entre a formulação de política pelo Ministério e sua execução pelo Ibama. A formulação compreende a orientação geral, a linha mestra, para a Política Nacional de Recursos Hídricos, sob a qual deverão marchar as ações. Assim, o estudo e a definição de temas especiais como “Despoluição de Bacia”, “Água e Floresta”, “Secas e Inundações no Brasil”, “Águas da Amazônia”, “Águas do Pantanal”, “Águas Subterrâneas”, juntamente com a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos entre outros, estarão sendo elaborados nas oficinas da Secretaria de Recursos Hídricos, ao lado das ações de acompanhamento da gestão integrada, nas quais este Conselho exerce papel de elevada importância. No campo da implementação das políticas, a ANA dará continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela SRH, principalmente no que diz respeito à implementação dos instrumentos de gestão, como, por exemplo, o sistema de informações e a outorga de direito de uso da água. Além disso, a ANA implantará a cobrança pelo uso da água nos rios de domínio da União e desenvolverá ações para o enquadramento dos corpos d’água em classes de usos preponderantes, entre outros programas. A Secretaria de Recursos Hídricos e a ANA complementarmente, sob a coordenação da Pasta do Meio Ambiente, provendo-a com os elementos necessários à condução eficiente da Política Nacional de Recursos Hídricos. Posso assegurar aos senhores que o Ministério do Meio Ambiente não faltará, como aliás não tem faltado nesses últimos dois anos, às importantes questões do gerenciamento dos mananciais brasileiros e, justamente agora, com o importante reforço que representa a chegada da ANA, poderemos contar com uma agilidade ainda maior em nossas intervenções, contribuindo para o uso racional da água no Brasil. Porém, o ápice de toda essa estrutura institucional, a quem todas as demais instâncias do Sistema se subordinam é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que tenho a honra de presidir. Vejam os senhores que somente o Conselho atua numa dimensão verdadeiramente nacional no Sistema de Gerenciamento de nossos recursos hídricos, visto que a ANA só pode ter ação administrativa nos corpos d’água de domínio federal. Ficando a gestão dos demais sob a intervenção de cada um dos estados. Essa dimensão verdadeiramente nacional e que garante o gerenciamento abrangente, capaz de superar os interesses locais e regionais em proveito do ganho nacional. Não por outro motivo, tem o Conselho o poder de arbitrar, em última instância, os conflitos que possam surgir entre os demais constituintes do sistema. Entre outras de suas valiosas competências, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem efetuado um trabalho extremamente profícuo na normatização dos instrumentos de gestão e nas discussões relevantes dos principais problemas brasileiros de gerenciamento hídrico. É, sem sombra de dúvida, o fórum mais adequado de deliberação, pois confere, por sua representação, um maior

103 dinamismo ao sistema e uma maior legitimidade às decisões, por delas participarem
104 todos os segmentos interessados do setor. Ao criar as sete Câmaras Técnicas, o
105 Conselho ampliou sua base de participação, permitindo o envolvimento de mais de 90
106 profissionais extremamente gabaritados de diversos setores da sociedade. Esse trabalho
107 participativo gerou uma série de propostas de Resoluções, sendo já 14 as Resoluções
108 publicadas por um Conselho com apenas 2 anos de existência. Dentre estas poderemos
109 destacar as Resoluções que tratam do Enquadramento de Corpos d'água, do Sistema de
110 Informações e do processo de criação e funcionamento de comitês de Bacia. Esta última
111 é de enorme importância para a formação de novos comitês, que vem ampliar, em
112 consequência, o processo participativo que garante a transparência e legitimidade do
113 sistema. Muito se discutiu e ainda mais se produziu nesses primeiros dois anos do
114 Conselho e, por isso, gostaria de agradecer a todos os Conselheiros e técnicos que
115 participaram das inúmeras reuniões que deram origem a esse trabalho. Hoje, alguns dos
116 senhores estão se despedindo do Conselho devido ao término do mandato. A estes quero
117 apresentar o meus cumprimentos e o meu muito obrigado pelo pioneirismo do trabalho
118 aqui realizado. Em tempo, gostaria de destacar alguns pontos da pauta que hoje se
119 apresenta para a apreciação dos senhores. Inicialmente, gostaria de saudar o Comitê de
120 Bacia do Rio Paraíba do Sul, pela reformulação a que se submeteu, para se adequar à
121 Resolução n.º 05 deste Conselho, que estabelece diretrizes para a formação e o
122 funcionamento dos Comitês. Esse Comitê, pela credibilidade com que vem se
123 construindo, antes mesmo do advento da lei 9.433/97, em bacia estratégica para o País,
124 tem papel fundamental para o fortalecimento da estrutura institucional já construída,
125 deixando sua lição como um estímulo para a implantação do restante do sistema de
126 gestão no País. Das propostas de Resolução a serem discutidas quero enfatizar a
127 importância da que “estabelece diretrizes gerais para a gestão das águas subterrâneas”.
128 A água subterrânea já é utilizada para abastecimento em diversas regiões do País, o que
129 tem acarretado, em alguns lugares, o rebaixamento do lençol freático pelo excesso de
130 exploração. Do ponto de vista conceitual já defendido anteriormente, a gestão da água
131 deve ser integrada porque o ciclo hidrológico é uno. Ou seja, o que se faz com a água
132 subterrânea tem reflexos nos cursos d'água superficiais, sendo o inverso também
133 verdadeiro, daí a necessidade óbvia de integrarmos a gestão, conforme propõe
134 inteligentemente a resolução. Também gostaria de chamar atenção dos conselheiros
135 para a importância da apreciação da “proposta de Resolução que estabelece os critérios
136 gerais para a outorga de uso da água”, considerando a necessidade da ação integrada dos
137 órgãos que compõem o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.
138 Essa resolução é de extrema relevância, pois fornece as diretrizes necessárias para os
139 órgãos outorgantes estaduais e para a ANA, órgão outorgante federal. De fato, a pauta
140 dessa reunião está recheada de matérias da maior importância para a sólida
141 implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, pois aqui também serão
142 discutidos a “proposta de decreto que regulamenta a Lei 9.433/97 para as águas de
143 domínio da União” e um documento propondo “diretrizes para a elaboração do Plano
144 Nacional de Recursos Hídricos”, ambos também importantes para orientar o trabalho a
145 ser realizado pela ANA. Além disso, os senhores debaterão propostas de revisão da
146 composição deste Conselho, conforme determina o decreto 2.612, de 1998. Finalizando,
147 em nome do Conselho, dou as boas vindas aos Conselheiros que hoje tomam posse.
148 Esperamos dos senhores o empenho e a participação nos trabalhos desse colegiado,
149 lembrando-lhes que cada um não representa apenas a Instituição a que está ligado por
150 vínculos profissionais, mas sim todas as entidades brasileiras do respectivo segmento.
151 Por isso, é fundamental que desenvolvam um processo de participação entre seus
152 representados, para que estes, articulados setorialmente, possam exercer seus mandatos
153 de forma ampliada. Este procedimento visa a garantir uma democracia cada vez mais

participativa, mesmo que num sistema administrativo de estrutura representativa. Em suma, o que quero pedir-lhes é que não percam o espírito da Lei da Política Nacional, cujo conteúdo democrático e participativo já suficientemente exaltei. Ao trabalho, novos companheiros! Nosso desafio é construir o desenvolvimento sustentável no Brasil, articulando as políticas públicas a fim de maximizar os benefícios em favor da sociedade brasileira. Muito Obrigado." Após estas considerações o Presidente do CNRH passou a palavra para o Dr. Garrido que agradeceu ao Sr. Presidente as palavras de estímulo a área de recursos hídricos no Brasil e em particular ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que neste dia, entre os itens de sua pauta, contava com a tomada de posse dos novos conselheiros e solicitou ao Dr. Roberto Monteiro que fizesse a leitura da Portaria com o nome dos novos conselheiros. O Dr. Roberto Monteiro fez a leitura da Portaria n.º 307, de 13/12/2000, que designou os membros titulares e suplentes do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, representantes do governo federal, dos conselho estaduais, dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos abaixo listados: I - Governo Federal: a) Ministério da Agricultura e Abastecimento: Titular: Roberto Proença Passarinho; Suplente: Luiz Novaes de Almeida; b) Ministério da Ciência e Tecnologia: Titular: Evando Mirra; Suplente: Lélío Fellows Filho; c) Ministério da Educação: Titular: Carlos Alberto Ribeiro Xavier; Suplente: José Leitão de Albuquerque Filho; d) Ministério da Fazenda: Titular: Pricilla Maria Santana; Suplente: Danielle Pinho Soares; e) Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: Titular: Benjamin Benzaquén Sicsú; Suplente: Elias Paulo Pereira Alvim; f) Ministério da Justiça: Titular: Renato Amaral Braga da Rocha; Suplente: Cliffor Luiz de Abreu Guimarães; g) Ministério da Defesa - Comando da Marinha: Titular: Contra-Almirante João Afonso Prado Maia de Faria; Suplente: Capitão de Fragata João Carlos Corrêa de Albuquerque Feijó; h) Ministério do Meio Ambiente: Titular: Julio Thadeu Silva Kettelhut; Suplente: Maria Manuela Martins Alves Moreira; i) Ministério de Minas e Energia: Titular: Oswaldo Baumgarten; Suplente: Benedito Eduardo Barbosa Pereira; j) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: Titular: Pedro Antônio Bertone Ataíde; Suplente: Luis Gustavo Vieira Martins; k) Ministério de Relações Exteriores: Titular: Everton Vieira Vargas; Suplente: Fabio Vaz Pitaluga; l) Ministério da Saúde: Titular: Albertino Alexandre Maciel Filho; Suplente: Johnny Ferreira dos Santos; m) Ministério dos Transportes: Titular: Martinho Candido Velloso dos Santos; Suplente: Paulo Roberto Coelho de Godoy; n) Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL: Titular: Afonso Henriques Moreira Santos; Suplente: Jaconias de Aguiar; o) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República: Titular: Pedro Paulo Vaccani dos Santos Filho; Suplente: Nilson Fernandes da Cruz; II - Conselhos Estaduais: a) Região Norte: Conselho de Recursos Hídricos do Estado do Pará: Titular: Emanuel Aresti Santana Gonçalves Matos; Conselho de Recursos Hídricos do Estado do Tocantins: Suplente: Lívio William Reis de Carvalho; b) Região Sul: Conselho de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Sul: Titular: Cláudio Roberto Bertoldo Langone; Conselho de Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina: Suplente: João Omar Macagnã; c) Região Centro-Oeste: Conselho de Recursos Hídricos do Estado de Goiás: Titular: Harlen Inácio dos Santos; Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal: Suplente: Antônio Luiz Barbosa; d) Região Nordeste: Conselho de Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco: Titular: Ciro Eugênio Viana Coelho; Conselho de Recursos Hídricos do Estado de Sergipe: Suplente: Marcos Antonio de Melo; e) Região Sudeste: Conselho de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo: Titular: Antônio Carlos Mendes Thame; Conselho de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais: Suplente: Paulino Cícero de Vasconcelos; III - Usuários: a) Irrigantes: Titular: Jairo dos Santos Lousa, representante da Confederação Nacional da Agricultura; Suplente: Carlos Gilberto Cavalcanti Farias, representante da Associação

dos Produtores de Arroz do Mato Grosso do Sul; b) Instituições Encarregadas da Prestação de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Titular: Carlos Henrique da Cruz Lima, representante da Concessionária Águas de Niterói S/A; Suplente: Regina Aparecida Ribeiro Cancelieri, representante do Departamento de Água e Esgoto de Santa Bárbara do Oeste; c) Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Titular: Flavio Antônio Neiva; Suplente: Paulo de Tarso Costa; d) Setor Hidroviário: Titular: José Otávio Cabral Viegas, representante da Associação Brasileira dos Armadores de Navegação Interior; Suplente: José Di Bella Filho, representante da Navegação Centro Norte Ltda; e) Indústrias: Titular: Mauro Ribeiro Viegas, representante da Confederação Nacional da Indústria; Suplente: Maria Cristina Yuan, representante do Instituto Brasileiro de Siderurgia; f) Pescadores e usuários de água para o lazer: Titular: Pedro Sérgio Rigolo; Suplente: Carlos Divino de Maria; IV - Organizações Cíveis de Recursos Hídricos: a) Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais das Bacias Hidrográficas: Titular: Celso Antônio Perticarrari, representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo; Suplente: Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas, representante do Consórcio Muriaé e Pomba; b) Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Titular: José Almir Cirilo, representante da Associação Brasileira de Recursos Hídricos; Suplente: Rubem La Laina Porto, representante da Universidade de São Paulo; c) Organizações Não Governamentais: Titular: Paulo Renato Paim, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária; Suplente: Eduardo Castagnari, representante da Associação Brasileira das Concessionárias de Serviços Públicos de Água e Esgoto. Após a leitura da Portaria o Presidente do CNRH deu posse aos novos membros e desejou a todos êxito nos trabalhos e pediu licença para se retirar, passando a Presidência da mesa para o secretário executivo, Dr. Garrido, que suspendeu a reunião por alguns minutos para acompanhar o Presidente do CNRH até a porta. Logo após retornou as atividades convidando a Dra Flavia Barros e Dr Roberto Monteiro para auxiliar nos trabalhos. Dando início aos trabalhos o Presidente da mesa informou que a agenda do dia constava da pauta enviada aos conselheiros a qual estava contida na pasta entregue à entrada e solicitou ao Dr. Roberto Monteiro que verificasse o quórum do plenário, que informou contar com 19 conselheiros e portanto havia quórum. A seguir o Dr. Garrido fez um breve balanço dos trabalhos do CNRH e das câmaras técnicas, comentando o grande volume e qualidade dos trabalhos, citou as 10 resoluções aprovadas e também comentou os trabalhos em andamento nas Câmaras Técnicas os quais permitirão definir diretrizes importantes para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com orientações básicas a serem seguidas pelo governo federal e pelos estados, sem invadir a autonomia administrativa das unidades federadas. Após esse pronunciamento, o Dr. Garrido solicitou ao Dr. Roberto que fizesse a leitura de alguns lembretes sobre o andamento dos trabalhos, que constam no regimento do Conselho, devido a presença de novos conselheiros que estavam iniciando os trabalhos. Dando prosseguimento o Presidente da mesa perguntou se havia matéria de urgência ou moção para ser incluída na ordem do dia e como não houve manifestação, passou para o item referente a votação das atas da quarta reunião ordinária e da segunda reunião extraordinária, as quais foram aprovadas. A seguir solicitou ao Dr. Roberto que fizesse a leitura da ordem do dia e após esta perguntou se haveria solicitação de alteração desta. O Conselheiro José Otávio Viegas solicitou vistas de todas as matérias em pauta, justificando que a pauta era muito extensa com temas muito importantes e que necessitava de maior tempo para análise. Como estava assumindo os trabalhos como conselheiro, achava necessário solicitar vistas de todas as matérias para ter um maior conhecimento dos temas. A seguir a Conselheira Aparecida informou ao Conselheiro Otávio Viegas, que o pedido de vista de todas as matérias era não reconhecer os trabalhos que estavam sendo realizados pelos

demais conselheiros e que o problema deveria ser de falta de informação entre ele e o conselheiro que ele substituíra. Completou ainda que julgava um desrespeito aos demais conselheiros a solicitação de vistas a todas as matérias. O Conselheiro Júlio Thadeu reforçou as palavras da Conselheira Aparecida e lembrou que todos os assuntos em pauta foram enviados com um mês de antecedência aos Conselheiros para conhecimento, conforme regimento. O Conselheiro Otávio Viegas retirou o seu pedido de vistas em consideração aos argumentos apresentados. O Conselheiro Langone se apresentou e comentou que sua solicitação era só para uma apresentação de mérito e questão de ordem, lembrando que o pedido de vista refere-se a assuntos específicos e que não está previsto, no regimento, pedido de vista global. O Dr. Garrido comentou que com a retirada do pedido de vista o assunto ficou resolvido e questionou se haveria solicitação de alteração da ordem do dia. O Conselheiro Carlos Henrique, representante de Águas de Niterói, solicitou alteração da ordem do dia propondo antecipar a análise da proposta de resolução de gestão de águas subterrâneas, invertendo a pauta, passando o item 6 para ser o item 2 e os demais itens mantidos na sequência, lembrando que o primeiro item, referente a posse dos novos membros, já tinha sido efetivado e questionou quem faria os comentários sobre a ANA. O Dr. Garrido informou que esses comentários seriam feitos por ele, visto que o Dr. Kelman, devido a compromissos assumidos anteriormente, não pode ficar na reunião. Sendo assim submeteu ao plenário a proposta de alteração da ordem do dia, a qual foi aprovada. Após a aprovação o Dr. Garrido solicitou ao Dr. Roberto Monteiro que fizesse a leitura da nova ordem do dia aprovada, que foi: Item 1 Posse dos novos membros representantes do conselho; Item 2 Análise de proposta de resolução de diretrizes gerais para a gestão de águas subterrâneas; Item 3 Comentários sobre o enriquecimento da área de recursos hídricos com a instalação da ANA; Item 4 Reformulação do CEIVAP- Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul; Item 5 Proposta de decreto que regulamenta a lei 9.433/97 para águas de domínio da União; Item 6 Análise da proposta de resolução de diretrizes de outorga para uso da água; Item 7 Análise da proposta de revisão da composição do CNRH; Item 8 Moção dos conselhos estaduais da região sudeste; Item 9 Apresentação do documento de contribuição para o estabelecimento de diretrizes para o Plano Nacional de Recursos Hídricos; Item 10 Assuntos Gerais. Após a leitura da nova ordem do dia o Dr. Garrido prosseguiu com a reunião submetendo ao plenário o item 2 da pauta: Análise da proposta de resolução de diretrizes gerais para gestão de águas subterrâneas, e convidou o conselheiro Carlos Henrique para apresentação desta proposta de resolução. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Henrique agradeceu e convidou para defender a proposta o presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, geólogo João Carlos Simanke, visto que esta câmara foi responsável pelo estudo desse tema específico. O Dr. Simanke cumprimentou a todos e comentou que a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas trabalhou muito ao longo dos 6 meses, realizou 6 reuniões com o objetivo de produzir uma resolução com alguns aspectos fundamentais sobre o uso das águas subterrâneas, a qual auxiliará na compatibilização da Lei Federal 9.433 com as leis estaduais pertinentes. Comentou o cuidado de se fazer reuniões conjuntas com as Câmaras Técnicas de Integração de Procedimentos de Outorga e de Assuntos Legais e Institucionais para discutir todos os itens da resolução, as quais concordaram com as questões de mérito e dos aspectos legais. Informou que a resolução apresenta as competências e o papel de cada ator neste cenário, algumas definições importantes e que os demais artigos dizem respeito a necessidade da água subterrânea ser considerada no ciclo hidrológico e nos planos estaduais de recursos hídricos e completou que a resolução não aprofunda em aspectos de enquadramento de corpos d'água. Registrou que nas discussões dessa resolução participaram representantes da sociedade e das Secretarias de Recursos Hídricos dos Estados, comentou que existem

algumas diretrizes que já estão sendo cumpridas, mas que poderão ser reforçadas com a resolução, associado ao poder do estado e dos municípios em relação a gestão das águas subterrâneas. Resumi dizendo que basicamente o objetivo da resolução é mostrar a importância das águas subterrâneas, que estas devem ser consideradas no ciclo hidrológico e na elaboração de planos de recursos hídricos. Comentou também que na resolução não há contrariedade dos poderes concedente municipais e estaduais nem tampouco com as leis estaduais existentes e ressaltou que a mesma pretende dar um disciplinamento para os estados. Após a apresentação o Dr Garrido destacou o trabalho do dr. Simanke à frente da ABAS e comentou que de fato essa resolução tem o caráter genérico que cabe a uma resolução. A seguir colocou a matéria em discussão para comentários e manifestações. O Conselheiro Otávio Viegas sugeriu no artigo 3 trocar o termo "aplicação dos instrumentos" por "implementação dos instrumentos". E comentou que não observou referência aos municípios no texto da resolução e que esta foi fundamentada na União e no Estado e que julgava importante considerar também o papel dos municípios. Solicitou que no art. 7 fosse retirado o termo "estaduais" porque estava redundante na frase e solicitou ainda explicações sobre os art. 8 e 9. O Dr. Simanke comentou que as sugestões referentes a "implementação" e retirada do termo "estaduais", eram de forma e que poderiam ser atendidas, que o artigo 8 abordava o aspecto de disciplinamento e o objetivo foi recomendar que nos projetos que houver interferência com as águas subterrâneas deve-se fazer estudos hidrogeológicos. Com relação aos municípios, comentou também que os mesmos têm competências específicas para disciplinamento do uso e ocupação do solo, e que esses não foram nomeados nos artigos, porque a gestão das águas não é competência dos mesmos visto que eles não têm a dominialidade das águas, por isso não foram considerados na resolução. Após as explicações o Dr. Garrido acrescentou que a definição de domínios da água, estadual e federal, é constitucional, e não obstante, a ausência do município como detentor de domínio foi compensada no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, num espaço muito especial para a unidade municipal, no contexto do Comitê de Bacias, ou seja, é no Comitê de bacias que o município juntamente com o Estado e a União participará do processo decisório. Dando continuidade às discussões o Presidente da mesa passou a palavra ao Conselheiro Dr. Carlos Henrique que referendou os comentários e justificativas que o Dr. Simanke fez em relação aos comentários do Conselheiro Otávio Viegas, e acrescentou que o artigo 9 da mesma forma referia-se a necessidade da empresa ter registro no CREA para desenvolver as atividades de perfuração de poços, sendo um cuidado a mais na proposta para dar força a engenharia nacional, que está regulamentada pelo CREA. E complementou que, quanto à preocupação com a titularidade dos serviços municipais, tramitam na Câmara alguns projetos de lei que tratam deste tema, mas isto não seria assunto para esta proposta. O Dr. Simanke lembrou ainda que o Sistema Nacional de Recursos Hídricos e os Sistemas Estaduais deverão orientar os municípios para uma gestão integrada. A seguir o Conselheiro Mauro Viegas solicitou que se submetesse a matéria à votação do plenário. Sendo assim o Dr. Garrido propôs votar em bloco toda a matéria como foi apresentada e depois votar os destaques. A proposta de resolução foi aprovada em bloco e passou-se a votação dos destaques. Foi aprovado trocar a palavra "aplicação" por "implementação", no artigo 3 e retirar a palavra "estaduais" do artigo 7. As explicações referentes aos artigos 8 e 9 foram aceitas, permanecendo estes artigos com a redação inicial. Portanto a resolução foi aprovada com as correções de digitação e semântica. A seguir o Dr. Garrido passou para o próximo item da pauta referente aos comentários do enriquecimento do setor com a instalação da ANA, apresentados por ele mesmo. Comentou que a nova estruturação do arcabouço institucional de recursos hídricos, em decorrência da reforma do aparelho do Estado, que é uma reforma mais ampla com

358 mudança do estado brasileiro indicou a necessidade da separação das atividades de
359 formulação de política com aquelas relativas a sua implementação. Sendo assim a
360 criação da ANA foi um passo natural tal como ocorreu nos setores da Energia,
361 Vigilância Sanitária, Telecomunicações, Petróleo, Transportes e chegando ao setor de
362 águas. Disse que a expectativa é que a ANA possa imprimir uma velocidade maior no
363 processo de implementação, pois a SRH vinha acumulando as tarefas de formulação e
364 implementação sob um guarda chuva rígido que caracteriza as entidades da
365 administração centralizada. Entre as atribuições da ANA estão o disciplinamento em
366 caráter normativo, a partir do balizamento dado pelo CNRH, através de suas resoluções,
367 a fiscalização do uso da água, usando quando necessário, em última instância, o poder
368 de polícia, a participação e apoio na elaboração do plano nacional de recursos hídricos,
369 a continuação do processo de outorga de direito do uso d'água nos corpos d'água de
370 domínio da união. Salientou que a SRH estaria transferindo para a ANA uma bagagem
371 de outorga, perto de 400 outorgas expedidas, e que a outorga tem um significado
372 grande, pois é um instrumento capaz de reduzir ou acabar com os conflitos entre os
373 usuários competidores. Lembrou que as experiências estaduais de São Paulo, Ceará,
374 Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Norte tem demonstrado que os conflitos se
375 reduzem quando o sistema de outorga é mais ativo. Concluiu dizendo que o objetivo
376 era mostrar a complementariedade de ações entre a SRH, formulando política, e a ANA,
377 implementado essas políticas emanadas da pasta do Meio Ambiente. Após as
378 explicações abriu o tema para debates e eventuais perguntas. Como não houve
379 manifestação passou para o Item 4 da ordem do dia que tratava da reformulação do
380 CEIVAP. O Dr. Garrido convidou o Conselheiro Celso Perticarrare para fazer a
381 apresentação da matéria e este convidou o representante do CEIVAP, Sr. Edilson, para
382 fazer os comentários sobre o assunto. O Sr. Edilson cumprimentou a todos e disse que
383 primeiramente gostaria de deixar registrado o apoio que a SRH deu ao processo de
384 implementação da gestão de recursos hídricos na bacia do rio Paraíba do Sul,
385 especialmente ao Dr. Júlio e sua equipe, que auxiliou na viabilização do funcionamento
386 do escritório técnico do CEIVAP na bacia do Paraíba do Sul, deixando de público o
387 agradecimento. Depois fez um pequeno histórico sobre o CEIVAP, que foi criado por
388 Decreto do Presidente da República, nº 1842 de 22/03/96, com uma composição
389 diferente da que trata a Lei 9433/97 e a Resolução 5 do CNRH. Informou que na última
390 reunião do CEIVAP, no meio do ano, em São José dos Campos, a composição foi
391 adequada à Resolução 5 do CNRH. Disse ainda que a solicitação era para que o
392 Conselho aprovasse essa adequação bem como o novo regimento do CEIVAP, com a
393 dispensa de um novo decreto presidencial. Isto porque o CEIVAP já foi criado por
394 Decreto e disse que acreditava que somente a aprovação do Conselho fosse suficiente
395 para regularizar a situação do CEIVAP e solicitou ainda a publicação do novo
396 regimento no Diário Oficial da União. Defendeu que esta deveria ser uma prática
397 comum, não só para o CEIVAP, mas para todos os comitês de rios de domínio da
398 União, para que seus atos pudessem ser publicados no Diário Oficial da União pelo
399 Conselho. Após as considerações o Dr. Garrido agradeceu a participação do
400 Conselheiro Perticarrare e do Sr. Edilson pela intervenção e comentou que o Comitê do
401 CEIVAP foi instituído antes da edição da Lei 9433/97, sendo bastante razoável que os
402 comitês criados antes da Lei se adequassem às disposições contidas na Lei 9433/97.
403 Salientou porém que foi demandado pelo CEIVAP que esta adequação não implicasse
404 na necessidade de publicação de novo decreto presidencial. Antes de colocar em
405 apreciação, solicitou o apoio jurídico referente a necessidade ou não de novo decreto. A
406 Dra. Célia Pimenta comentou que somente um decreto poderia revogar um outro, ou
407 poderia reeditar normas para um outro, sendo uma questão de hierarquia legal. Após
408 estes comentários o Conselheiro Júlio Thadeu solicitou a palavra, parabenizou os

409 colegas do CEIVAP pelos trabalhos realizados e que estão sendo feitos, e comentou a
410 importância estratégica do CEIVAP no contexto da implementação da política dos
411 recursos hídricos no Brasil e que a reformulação estava adequada não só à Lei 9433/97
412 como a tudo o que o Conselho preconizou. Salientou que o CEIVAP está em
413 funcionamento com reuniões periódicas, trabalhando de forma profícua, e a aprovação
414 da moção e o encaminhamento do CNRH de uma proposta de decreto ao Presidente
415 seria um procedimento burocrático, mas que talvez pudesse ser estudada uma forma de
416 tornar esse procedimento mais rápido, pois uma moção aprovada pelo Conselho,
417 poderia ter uma aceitação dentro do governo federal. A seguir o Dr. Garrido observou
418 que a deliberação proposta pelo CEIVAP propõe mudança de composição do comitê e
419 como a composição foi definida no decreto, acreditava que o Conselho poderia
420 recomendar para que o decreto fosse somente alterado. A seguir passou a palavra para a
421 Conselheira Maria Aparecida que comentou que os Comitês instalados em data
422 posterior à lei têm autonomia para estar aprovando seu próprio regimento e questionou
423 como ficaria a situação dos comitês instalados antes da legislação: se ficariam presos a
424 decretos e como isto poderia ser solucionado; isso porque quando foram criados, antes
425 da Lei 9433/97, alguns decretos continham o regimento, sendo assim, toda vez que
426 ocorrer modificação será necessário outro decreto e esses comitês estariam sendo
427 prejudicados. Então questionou como solucionar não só a questão do CEIVAP mas de
428 outros Comitês criados antes da Lei 9433/97. A Dra. Maria Luíza comentou que os
429 novos comitês e os comitês existentes têm que ser adaptados à nova legislação, mas que
430 agora existe uma lei que é superior a um decreto, a qual especifica que os comitês de
431 bacias terão sua composição, a indicação e os critérios para indicação estabelecidos nos
432 regimentos dos mesmos, com isso, lhe pareceu que a composição dos comitês de bacias
433 serão disciplinadas nos seus regimentos internos, ainda que tenham esses sido
434 compostos antes da Lei e por decreto. O Dr. Garrido questionou se essa modificação
435 não poderia ser interpretada por um jurista como um novo comitê. O Conselheiro Mauro
436 Viegas solicitou a palavra à Dra. Maria Luíza que comentou que este comitê foi
437 recepcionado por essa nova Lei e passa a ser disciplinado por essa Lei, na qual está
438 previsto que os critérios de funcionamento dos comitês serão detalhados pelo seu
439 regimento. O Dr. Garrido consultou ao plenário se não seria o caso de se fazer consulta
440 de natureza jurídica, para a questão da adequação de comitês, isso porque os comitês de
441 rios de domínio da união são instituídos por decretos do Presidente da República. A
442 seguir o Conselheiro Jaconias, da ANEEL, comentou que era uma questão jurídica, pois
443 se existe um decreto que definiu o procedimento, e se existe um novo regulamento
444 para os novos comitês, o certo seria encaminhar um novo decreto alterando o existente
445 verificando a validade legal da questão, e sugeriu pensar na possibilidade de um único
446 decreto para todos os comitês existentes. O Conselheiro Júlio Thadeu comentou que
447 gostaria de consultar o Dr. Edilson, pois estavam sendo tratados 2 assuntos. O primeiro
448 referia-se a aprovação pelo Conselho da nova configuração e do novo regimento do
449 CEIVAP, e o segundo referia-se ao procedimento de encaminhamento, se seria através
450 de decreto exclusivo do CEIVAP, ou como sugeriu o conselheiro Jaconias, um decreto
451 único regulamentando o que fosse necessário para adequar os comitês federais criados
452 antes da lei 9433/97. A seguir convidou a Dra. Dalvacir para opinar sobre o assunto. A
453 Dra. Dalvacir disse que concordava com a colocação feita pela Dra. Maria Luíza, pois
454 se a lei estabeleceu um procedimento, o pressuposto é que ela recepcionou a existência
455 dos comitês já criados e instituídos por decreto, e os procedimentos estão claros na lei
456 sobre quais as competências dos comitês e o que deve ser considerado matéria
457 regimental, não sendo necessário outro decreto e concluiu que a lei estabelece a
458 necessidade de decreto para a instituição do comitê, se o comitê já está instituído não
459 haveria necessidade de um novo decreto. Após os comentários da Dra. Dalvacir, o

460 Presidente da mesa propôs o encaminhamento de duas alternativas. A primeira seria
461 adotar a interpretação dada pelas duas advogadas, técnicas na questão, com o jurídico
462 que está embutido no problema, aceitando a interpretação expedita feita por elas. A
463 segunda seria partir para aprovar o conteúdo e depois o encaminhamento jurídico será
464 feito com requinte, após estudo mais detalhado, com uma dose de precaução
465 recomendável. Comentou ainda que a questão não estava em aprovar o conteúdo e sim
466 no encaminhamento jurídico, visto que o comitê foi instalado anteriormente à Lei 9433/
467 97. Sendo assim encerrou a discussão e passou à votação da proposta feita. Foi
468 aprovada a deliberação do CEIVAP referente à adequação as normas da Lei 9433/97, e
469 a Resolução 5 do CNRH, ficando pendente o encaminhamento da questão jurídica. O
470 Conselheiro Otávio Viegas comentou que houve duas manifestações bem claras, de
471 uma assessora jurídica do MMA e da advogada da CNI, e que ele não tinha dúvida do
472 encaminhamento, não verificando necessidade de outro parecer jurídico. O Dr. Garrido
473 informou que, por normas regimentais, a matéria, desde que em votação, não podia
474 sofrer mais discussões e reiterou que o caráter de precaução que se revestiu a medida, na
475 forma como foi aprovada, estava a favor da segurança do Conselho. A seguir passou
476 para o item 5 da pauta referente a proposta de decreto que regulamenta a Lei 9433/97,
477 para águas de domínio da União e convidou o Conselheiro Júlio Thadeu a fazer as
478 considerações sobre a matéria. O Dr. Júlio Thadeu disse que as considerações
479 apresentadas refletiam o produto dos trabalhos da Câmara Técnica de Assuntos Legais e
480 Institucionais com apoio dos membros da Câmara Técnica de Procedimentos de
481 Outorga e Regulação e de Águas Subterrâneas. Lembrou os trabalhos do grupo de
482 trabalho criado pela SRH para discutir a regulamentação da lei, antes mesmo de sua
483 aprovação no Congresso e comentou que o documento encaminhado para análise ao
484 Conselho tinha muito do documento que foi preparado por esse grupo de trabalho.
485 Complementou que os membros da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais
486 julgaram conveniente fazer uma análise mais aprofundada do documento, visto que
487 alguns instrumentos legais já haviam sido regulamentados recentemente, inclusive com
488 resoluções do Conselho, portanto verificaram a necessidade de se definir o que deveria
489 ser competência de um decreto ou de uma resolução do Conselho, considerando o
490 caráter nacional do Conselho. Com isso os membros da Câmara Técnica de Assuntos
491 Legais e Institucionais estava solicitando ao Conselho um prazo maior, talvez na
492 próxima reunião ordinária, para apresentar a análise sobre a proposta de decreto que
493 regulamenta a Lei 9433/97. Lembrou que isso não significaria uma parada, ou um
494 atraso, na área de recursos hídricos, pois muito do que estava proposto no decreto foi
495 matéria tratada em resoluções do Conselho, e alguns assuntos deverão ser tratados em
496 lei específica. O Conselheiro Leitão questionou se a Câmara técnica aceitaria sugestões
497 referentes ao tema e o Conselheiro Júlio Thadeu comentou que todas as contribuições
498 seriam bem vistas. O Dr. Garrido fez alguns comentários sobre o tema e disse que com
499 a solicitação de prazo teria-se maior oportunidade para discussão do assunto. O
500 Conselheiro Di Bella comentou a importância do tema ser mais discutido na Câmara
501 Técnica. O Conselheiro Flavio Neiva solicitou esclarecimentos referentes ao papel da
502 ANA e que seria conveniente definir melhor os papéis dos órgãos gestores e depois
503 elaborar o decreto. A Conselheira Aparecida lembrou que o decreto foi encaminhado ao
504 Conselho, para análise, com o aval da ANA e SRH. O Conselheiro Mauro Viegas
505 comentou que o decreto era muito complexo e lembrou que estava tramitando na
506 Câmara Federal o PL1616 e portanto julgava ser muito oportuno o retorno do tema para
507 a Câmara Técnica pois diversas matérias do decreto estavam previstas no PL1616.
508 Solicitou que a Câmara preparasse uma minuta da análise e encaminhasse a todos os
509 conselheiros, com prazo determinado para encaminhar sugestões. O Dr. Garrido
510 solicitou ao Conselheiro Mauro Viegas que assumisse a Presidência da mesa que passou

a palavra ao Conselheiro Carlos Henrique, representante de Águas de Niterói, que comentou sua preocupação referente a falta de um parâmetro de referência dos valores de cobrança da outorga, pois poderia parecer uma bi-tributação, um imposto qualquer, sem valor específico, portanto recomendou que fosse previsto algum parâmetro de referência para definir este valor. O Conselheiro Jairo Lousa, representante da Confederação Nacional de Agricultura disse que teve oportunidade de debater e cobrar de órgãos do governo a regulamentação da lei 9433/97, mas que a proposta de decreto estava muito abrangente, sendo necessário detalhar alguns itens. Citou a necessidade de se definir quais os usuários passíveis de outorga e complementou que concordava com o procedimento de trabalhar mais este decreto. Após as manifestações o presidente da mesa passou para votação da matéria no sentido, de encaminhá-la para análise mais detalhada na câmara técnica competente e apresentação de nova análise na próxima reunião ordinária. O Plenário aprovou o encaminhamento sugerido. A seguir passou-se para o item 6 da pauta referente a proposta de resolução de outorga e o Conselheiro Júlio Thadeu foi convidado a fazer as considerações sobre o assunto. O Dr. Júlio comentou que a proposta da resolução de outorga seguiu a mesma metodologia utilizada para análise da proposta de decreto que voltou para a câmara técnica, com duas particularidades importantes, ela foi discutida por muito tempo, e foi considerada à parte do decreto que trata da outorga, que é muito similar, por isso foi solicitado maior tempo para análise do decreto. A discussão da resolução foi amplamente divulgada via Internet, com reuniões públicas, com seminários e reuniões conjuntas das câmaras técnicas de assuntos legais e institucionais, de integração de procedimentos e ações de outorga e regulação e de Águas Subterrâneas, com o objetivo de garantir a participação de todos que trabalham no processo de implementação de recursos hídricos no Brasil, além de ter toda uma carga legal por traz de uma resolução. Comentou a importância de dar o primeiro passo na definição de diretrizes para os procedimentos de outorga, para que tanto o governo federal como os governos estaduais tenham um norte comum, possivelmente haverão acertos, apesar do documento apresentado ter sido amplamente discutido. Foi um trabalho aprofundado dos profissionais que trabalham no governo federal e nos governos estaduais. A seguir convidou o Dr. Roberto Monteiro que complementou a apresentação dizendo que a resolução do Conselho é de caráter nacional abrangendo tanto as águas federais e estaduais. É uma resolução que estabelece uma diretriz para todo o sistema nacional, diferentemente do decreto que define diretrizes federais. Após a apresentação o Presidente da mesa, Conselheiro Mauro Viegas, abriu o tema para discussão e comentou que no art. 26 havia um aspecto importante referente ao regime de racionamento e recomendou a inclusão de uma frase sobre a necessidade de um parecer tecnicamente fundamentado justificando o estabelecimento de regime de racionamento. O Conselheiro Almir Cirilo comentou que esse assunto foi fruto de muitas discussões no âmbito da Associação Brasileira de Recursos Hídricos e das Instituições de Ensino e Pesquisa e que tinha recebido uma série de preocupações de diversos membros que participaram dessa discussão ativamente e embora reconhecendo todo o mérito do trabalho realizado, pediu vistas ao processo, pois a ABRH identificou alguns aspectos que não estavam suficientemente esclarecidos. O presidente da mesa passou a palavra ao Dr. Garrido que fez algumas ponderações sobre o pedido de vistas. Comentou que a legislação de recursos hídricos no Brasil tem como matriz a Lei 9433/97 e que a própria lei estabelece que as diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos sejam realizadas no âmbito do CNRH, além de que, conforme dito em reuniões passadas, a gestão de recursos hídricos se faz por um processo de articulação e participação e provavelmente não será alcançado o estágio de dizer que temos a regulamentação perfeita, aprimorada sem a necessidade de modificações; a cada momento que for

alcançado um estágio de aperfeiçoamento, demandas novas serão apresentadas e será necessário estar sempre aprimorando os instrumentos de regulamentação. A lei estabeleceu uma série de dispositivos e a Lei que criou a ANA dentro do contexto da Lei 9433/97 deu dispositivos e indicações de como deve operar a nova agência. Comentou ainda, que a situação permanente é aquela em que a legislação uma vez editada é circundada por atos deste Conselho, que é instância mais elevada da hierarquia do Sistema, esses atos são as resoluções, que em muito legitimam eventuais decretos que devam ser editados sobre a matéria, e é evidente que essas resoluções em não esgotando a essência da matéria, serão detalhadas no âmbito do colegiado, e com o início de operações da ANA se dará com maiores detalhes os dispositivos, as indicações, as limitações, os patamares e enfim, todo um conjunto de parâmetros técnicos com indicações concretas para o conjunto de agentes que se fazem presentes dentro do processo de gestão dos recursos hídricos. Portanto, uma vez que a Câmara Técnica estudou exaustivamente esta questão e deu a publicidade necessária para que a mesma fosse discutida com toda profundidade que o caso requer e mais ainda considerando, que entre os seis instrumentos da Política de Recursos Hídricos, o mais sensível é a outorga, porque afeta na ponta o usuário da água, se a mesma não estiver devidamente estudada e fundamentado seu dispositivo de aplicação, certamente será objeto de críticas do usuário e em vista disto propôs que, dada a característica do estudo que foi feito, que fosse apreciada a possibilidade de encaminhar a matéria à plenária, para que com isso, às vésperas da abertura das portas da ANA, essa possa contar com o necessário balizamento que circunda a lei matriz 9433/97 e a lei que cria a ANA e com isso, as resoluções a serem editadas pelo colegiado que se instalará possam estar mais ainda em harmonia com esse fórum de conselheiros, que é em última instância, o colegiado que irá fomentar a Política de Recursos Hídricos. Por isso pediu, com todo o apreço e estima que tem pelo Conselheiro Cirilo, que a questão fosse considerada nessa linha de apreciação. O Presidente da mesa propôs votar a matéria, mas antes passou a palavra para o Conselheiro Jairo Lousa que fez comentários referentes as questões da pre-outorga para grandes e pequenos outorgantes e defendeu a necessidade de se prever essa pre-outorga também para os pequenos usuários. O Conselheiro Mauro Viegas lembrou que a outorga preventiva e a pre-outorga estavam previstas na proposta. O Conselheiro Flavio Neiva comentou que estava em dúvida, se o convite era para votar o pedido de vistas ou o documento e comentou que no regimento não estava previsto a votação do pedido de vistas, após esses comentários solicitou esclarecimentos ao artigo 6, referente ao prazo máximo de vigência de outorga. Questionou se o prazo de 35 anos considerava os 02 anos previstos para início de implantação do empreendimento e os 06 anos para conclusão do empreendimento, ou era após estes períodos. Comentou ainda que no parágrafo quarto do artigo 6 é previsto que a outorga de direito de uso de recursos hídricos para concessionária e autorizadas de serviços públicos e geração de energia elétrica, bem como suas prorrogações, vigorará por um prazo coincidente com o contrato de concessão e comentou que o contrato de concessão junto a ANEEL, passa a valer no dia da assinatura desse contrato e que não estava muito claro e era crucial para empreendimentos de grande magnitude, para se saber qual período a ser considerado para exploração econômica. O Dr. Roberto Monteiro esclareceu que os prazos são os constantes nos processos de licenciamento e que existe uma interligação entre os processos de licenciamento ambiental e os processo de outorga. Esclareceu que o setor elétrico tem um tratamento específico quanto a matéria, inclusive com a reserva de disponibilidade hídrica, sendo assim na resolução foi considerado que o prazo total fosse coincidente com o prazo da concessão e prevalecendo o prazo da concessão dada para o aproveitamento da hidrelétrica. A Conselheira Aparecida defendeu a manutenção da discussão da proposta de resolução. O Dr. Garrido assumiu novamente a presidência

da mesa e passou a palavra ao Conselheiro Almir Cirilo que disse ter o papel ingrato de representante de uma associação grande, a ABRH. Comentou que acompanhou de perto toda a dificuldade que representa o processo de outorga, mas que trazia a opinião de muitas pessoas que lhe delegaram esta função e assim reiterou o pedido de vista solicitando um prazo de 30 dias para trazer as considerações que a ABRH levantou referente ao processo. O Dr. Júlio Thadeu lembrou os comentários anteriores da Conselheira Aparecida, de que infelizmente não houve representante da ABRH nas reuniões da Câmara Técnica, quando se discutiu esta proposta, apesar de prevista a participação da entidade. Informou ainda que todas as ponderações que saíram na lista de discussão da ABRH foram levadas para as reuniões da Câmara Técnica por um de seus membros e foram consideradas quando pertinentes. Lembrou que o papel do Conselho em harmonizar interesses, já que não trata só da gestão de recursos hídricos, mas também da água como um bem econômico e sendo assim nem sempre o resultado é um consenso geral. O Dr. Júlio lembrou que esta proposta foi disponibilizada na internet e muito discutida com os órgãos gestores competentes e, a não ser que existissem novas ponderações, a resolução era um consenso, pelo menos para a maioria dos participantes. O Conselheiro Carlos Langone comentou que era favorável a esta resolução, pois participou de sua elaboração, mas como a matéria não foi aprovada em regime de urgência, o pedido de vistas era um direito regimental do Conselheiro, salvo as situações de regime de urgência, portanto esse direito deveria ser respeitado. O Dr. Garrido lembrou que de fato o art. 12 do regimento estabelece o direito de pedir vistas e o artigo 32, inciso 11, estabelece ao Presidente o direito de decidir sobre os pedidos de vistas apresentados tempestivamente, e sendo assim que preferia, mesmo com a convicção sobre a matéria, submeter a decisão ao plenário e solicitou o esclarecimento do termo tempestivo. O Conselheiro Júlio Thadeu disse que o termo intempestivo referia-se a pedidos feitos durante a votação, quando não é mais permitido o pedido de vistas. O Dr. Garrido consultou a Dra. Dalvacir sobre a interpretação do termo tempestivo e a Dra. Dalvacir solicitou que o Presidente fizesse novamente a leitura do art. 32 do regimento. A leitura foi feita e a Dra. Dalvacir comentou que pedidos de vista feitos normalmente, dentro do momento que é permitido, como foi o caso, é considerado tempestivo, e concluiu que caberia ao presidente da mesa acolher ou não o pedido. Esclareceu ainda que no artigo 32, quando é dito que cabe ao Conselheiro fazer este pedido, ele tem que justificar o pressuposto e que essa justificativa pode ou não ser aceita. O Dr. Garrido comentou que estaríamos perdendo a oportunidade de estabelecer uma resolução de fundamental importância, de competência deste Conselho, que dará o balizamento para os trabalhos no âmbito federal, à ANA e aos estados no que diz respeito à norma geral, e solicitou aos conselheiros, que avaliassem bem para auxiliá-lo a tomar uma decisão democrática e correta sobre o pedido de vistas. O Conselheiro Barbosa comentou que o assunto era delicado e sugeriu que a questão fosse reexaminada após uma justificativa formal, por escrito, apresentada pelo Sr. Presidente da ABRH, sobre o seu pedido de vistas. O Presidente da mesa propôs suspender a primeira metade da reunião para almoço com retorno às 14:30 horas, e solicitou ao Conselheiro Almir Cirilo que após o retorno dos trabalhos apresentasse a justificativa formal do pedido de vistas. Às 14:30 horas foram reiniciados os trabalhos e o Presidente da mesa propôs retornar a questão referente ao pedido de vistas à proposta de resolução sobre outorga. Lembrou que no regimento era previsto tanto o direito ao pedido de vistas, quanto a decisão sobre o pedido por parte do presidente. Lembrou que a proposta estava sendo discutida há mais de um ano, por dezenas de pessoas presentes ao Conselho em reuniões abertas e que ao longo desse período, a ABRH, como membro do Conselho, teve a oportunidade de participar destas discussões e que tinha convicção de que a matéria já havia sido muito discutida. A seguir solicitou ao Conselheiro Cirilo que

664 apresentasse as justificativas que substanciaram o pedido de vistas, para que o Plenário
665 julgasse sua procedência e em se julgando procedente, o pedido de vistas seria
666 concedido. O Conselheiro Cirilo entregou as justificativas ao presidente da mesa, e este
667 fez a leitura: "1- A resolução não trata de forma devida do processo de outorga de águas
668 subterrâneas que apresenta aspectos bastante específicos; 2 - Há imprecisões sobre
669 prazos no que diz respeito ao setor elétrico; 3- Estando em análise uma resolução e
670 também um decreto que recebeu muitas críticas por parte de sócios da ABRH, e que
671 inclusive trata do mesmo tema, entendia a ABRH que havia a necessidade de assegurar
672 a compatibilidade nos termos propostos por ambos, no que dizia respeito a outorga.
673 Independente das discussões, reiterou a necessidade dos documentos em análise nas
674 câmaras técnicas estarem continuamente atualizados na página da Internet do Conselho
675 para apreciação da comunidade. O Dr. Garrido fez uma interpretação dos argumentos
676 apresentados e propôs que o Plenário julgasse a procedência ou não destes argumentos.
677 O Conselheiro Mauro Viegas pediu a palavra e disse que era contrário ao pedido de
678 vistas e fez algumas ponderações sobre a competência do Conselho em elaborar a
679 resolução de outorga, acrescentou a necessidade de se ter essa proposta aprovada.
680 Propôs a aprovação do texto da resolução como estava e que se daria um prazo de 30
681 dias para analisar as ponderações do Conselheiro Cirilo. Comentou ainda que o
682 Conselho ao aprovar a resolução estará cumprindo seu papel e que as ponderações
683 referentes ao pedido de vistas deverão ser analisadas pela Câmara Técnica e
684 posteriormente o Conselho deverá analisar o documento e poderá alterar a resolução
685 aprovada se for necessário. O Conselheiro Eduardo Castanhais, representante da
686 ABICON -Associação Brasileira das Concessionária de Serviço Público de Água e
687 Esgoto, comentou que respeitava as justificativas apresentadas pelo Dr. Cirilo mas que
688 não concordava com as mesmas e que tinha convicção que o texto na sua sexta versão
689 oficial, já estava aprovado, mas se contivesse imperfeição, somente com a aplicação
690 seria possível fazer os ajustes necessários e que no momento conveniente o Conselho
691 poderia fazer as alterações na resolução. Salientou que queria expressar sua convicção e
692 apoiar amplamente o Dr. Garrido na condução dos trabalhos, dando ao plenário a
693 possibilidade de julgar, sendo que poderia julgar individualmente, o pedido de vistas. O
694 Conselheiro Almir Cirilo informou que trazia a opinião de técnicos e pessoas que lidam
695 com outorga no Brasil há bastante tempo e que as recomendações explicitadas foram
696 frutos de consultas a um grupo seletivo de pessoas que trabalham com o assunto portanto
697 referia-se a opinião de pessoas com conhecimento profundo sobre o assunto e como a
698 questão da outorga de águas subterrâneas é muito específica e ao entender que o
699 documento não era generalista, como foi o de água subterrânea, foi recomendado que
700 também o tema águas subterrâneas fosse tratado com profundidade na resolução.
701 Afirmou que é o Conselho, que trata das águas no Brasil, sendo o elemento de decisão
702 maior em todos os temas e que o interesse da ABRH era trazer contribuições para o
703 processo. O Dr. Júlio comentou que das três questões levantadas pelo Conselheiro
704 Almir Cirilo, as duas primeiras eram de ordem técnica, e pediu ao Dr. Roberto Monteiro
705 para fazer os esclarecimentos. Com relação a última consideração de compatibilizar a
706 resolução com a proposta de decreto, nas questões de outorga, lembrou que o trabalho
707 da Câmara Técnica foi exaustivo e por isso não foi possível analisar o decreto como um
708 todo, motivo de ter sido solicitado maior prazo para análise deste e acrescentou que com
709 relação aos temas que diziam respeito a outorga, os dois documentos foram
710 compatibilizados. O Dr. Roberto fez os esclarecimentos referentes a questão de águas
711 subterrâneas, salientando que estava previsto que na análise dos princípios de outorga
712 deveria considerar a interconexão das águas subterrâneas e superficiais e as interações
713 observadas no ciclo hidrológico, visando a gestão integrada desses recursos. Com
714 relação às questões de prazo para a outorga do setor elétrico informou que o que

715 prevalecia era o prazo total da concessão da ANEEL. Comentou ainda o enorme
716 trabalho realizado pela Câmara Técnica, com seminários, com a participação de mais de
717 60 técnicos dos diversos estados, diversas reuniões conjuntas de três câmaras técnicas e
718 comentou ainda que o decreto deve tratar somente de águas federais, porque são
719 atribuições específicas da ANA, enquanto que a resolução tratava das águas nacionais,
720 dando diretrizes para procedimentos em águas federais e estaduais. O Dr. Garrido
721 sugeriu que fosse votado o pedido de vistas encaminhado pelo colega da ABRH e
722 solicitou que ele sintetizasse sua justificativa referente ao pedido de vistas. O
723 Conselheiro Almir Cirilo comentou que se houvesse o acordo de que todas as
724 proposições, principalmente referente a questão da água subterrânea, fossem
725 consideradas e integradas na resolução, ele retirava o pedido de vistas. O Dr. Garrido
726 informou que a ABRH teria um prazo de 30 dias para encaminhar as considerações
727 referentes a resolução para serem avalizadas na Câmara Técnica e depois no Conselho,
728 permitindo que o Conselho avançasse nas decisões, com maturidade. E a seguir passou
729 a votação em bloco e depois os destaques. O Conselheiro Barbosa solicitou
730 esclarecimentos se a votação seria do texto em bloco e que no período de trinta dias a
731 ABRH faria o encaminhamento, a Secretaria Executiva do Conselho, das questões que
732 julgasse relevantes para serem incorporadas ao texto, bem como as outras manifestações
733 sugeridas e se posteriormente o Conselho se manifestará em reunião extraordinária. O
734 Dr. Garrido informou que seria dado tratamento igual às demais manifestações e que
735 após a votação em bloco, os destaques apresentados pelo representante da ABRH, como
736 os demais deveriam ser encaminhados a Secretaria Executiva, no prazo de 30 dias e
737 votados na próxima reunião no mês de fevereiro ou março, mas lembrou que os
738 destaques deveriam ser identificados. O Dr. Júlio Thadeu lembrou que as sugestões
739 deveriam ser encaminhadas a Câmara Técnica Legal e Institucional para serem
740 analisadas e que seria conveniente que os conselheiros que apresentaram as sugestões
741 participassem da reunião da câmara técnica, quando da discussão do assunto. O Dr.
742 Garrido redefiniu o método de trabalho, sendo primeiramente votado o texto em bloco
743 tal como foi apresentado e que os destaques identificados deveriam ser encaminhados
744 no prazo de 30 dias, para análise na Câmara Técnica para depois serem levados ao
745 plenário. Portanto foi votada a proposta de resolução, com o texto em bloco que foi
746 aprovada com 16 votos, nenhum contra e nenhuma abstenção e a seguir solicitou ao Dr.
747 Roberto Monteiro para fazer a leitura dos destaques. O Dr. Roberto comentou que os
748 destaques da ABRH referiam-se a águas subterrâneas, prazos de outorga e
749 compatibilização do texto do decreto com a resolução; o destaque da CNI referia-se ao
750 artigo 26 sobre a necessidade de declaração de regime de racionamento ser baseado em
751 parecer técnico; o destaque das geradoras de hidroeletricidade foi referente a
752 compatibilização dos prazos entre outorga e pedidos de concessão, que são concedidos
753 pela ANEEL. O Dr. Roberto Monteiro solicitou que todos encaminhassem os textos
754 por escrito à Câmara Técnica. A seguir o Dr. Garrido informou que ficava fixado até
755 15 de janeiro de 2001, o prazo para encaminhamento dos destaques e que após esta data
756 será marcada a data da reunião da câmara técnica competente para apreciação da
757 matéria. O Dr. Roberto comentou o destaque novo apresentado pelo Conselheiro Leitão
758 referente a lançamentos em corpos hídricos sujeitos a outorga temporária, com prazo
759 para a diminuição ou redução e eliminação do lançamento, e reafirmou a necessidade de
760 encaminhamento da proposta redacional a câmara técnica para ser examinada.
761 Prosseguindo com os trabalhos o Presidente da mesa passou para o item 7 referente a
762 proposta de revisão da composição do Conselho e convidou o Conselheiro Júlio Thadeu
763 para fazer os comentários sobre o tema. O Dr. Júlio Thadeu comentou que a proposta
764 de aumento da composição do CNRH já havia sido apresentada em outra reunião do
765 Conselho, mas a matéria voltou para a Câmara Técnica para ser reavaliada e que era a

terceira vez que estava trazendo o assunto para discussão no Plenário do Conselho. Comentou que na última reunião os membros da Câmara Técnica solicitaram que o Conselho desse algumas diretrizes para facilitar a análise e futura aprovação da proposta. A diretriz principal dada era para manter a proporcionalidade entre o conjunto de segmentos. Com esse cuidado a Câmara Técnica analisou algumas propostas, e o seguimento que tem o menor número de representantes foi o que orientou as alternativas. Chegou-se a possibilidade de quatro alternativas, sendo a primeira de não alterar a composição atual, a outra de acrescentar oito ou dez membros, a terceira de acrescentar dezoito membros ou ainda dobrar o número de membros do Conselho. Também foi dado a liberdade para em qualquer das hipóteses em um determinado conjunto de segmentos o número de vagas não precisava ser necessariamente equalitária para todos os diferentes setores incluídos dentro desse segmento. Para sugerir quem deveria ocupar as novas vagas, sem prejuízo de determinado setor, foi feita uma análise considerando as demandas encaminhadas a Secretaria Executiva, principalmente de comitês de bacias hidrográficas e de alguns ministérios. A proposta de acréscimo de 18 membros foi enviada a todos os conselheiros e foi solicitado que quem tivesse interesse em ter aumentada a participação do seguimento que representava que comunicasse a Secretaria Executiva. Mas somente 3 ou 4 conselheiros responderam mostrando interesse no aumento de vagas, portanto estes foram contemplados e também foi considerada as mudanças institucionais ocorridas dentro do governo federal o que tornou-se premente a inclusão de alguns ministérios e algumas entidades que não existiam a dois ou três anos atrás, e citou o Ministério da Integração Nacional, a ANA, IBAMA entre outros. Sendo assim a Câmara Técnica apresentou duas alternativas sendo a primeira alternativa de aumento de 18 membros no Conselho e a segunda de dobrar o número de membros do Conselho, e acrescentou que quanto mais entidades e pessoas ligadas a recursos hídricos fossem envolvidas as discussões seriam enriquecidas e melhor serão os produtos obtidos. O Dr. Garrido questionou quais as percentagens atuais e projetadas para as duas hipóteses e se foi mantida as proporcionalidades de todos os setores. O Dr. Júlio comentou que o solicitado à Câmara Técnica foi de não só sugerir o número de membros, mas também quem deveria ocupar as vagas e por isso foi sugerido mais uma vaga para a indústria, destinada ao setor de mineração, isto se repetiu aos comitês de bacias e consórcios sendo especificado uma vaga para os comitês e a outra para consórcios, e também uma vaga para as associações técnicas e a outra para as entidades de ensino e pesquisa. A Conselheira Cristina Yuan reforçou o que o Conselheiro Júlio havia dito referente a consulta aos segmentos sobre o interesse em aumentar a participação no CNRH, e que foram poucas as manifestações e como o setor minero-metalúrgico postulou uma dessas vagas, foi sugerida a inclusão deste e nos casos onde não houve manifestação colocou-se apenas o segmento para que cada setor posteriormente indicasse sua representação. Lembrou a todos que as atividades do Conselho não se restringiam apenas as reuniões plenárias, mas sim a uma série de reuniões de trabalho das câmaras técnicas, sendo necessário um maior acompanhamento dos trabalhos do CNRH por todos os conselheiros, para otimização das discussões no Plenário. O Dr. Cláudio Ribeiro, Secretario Adjunto de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente do Pará, representante do Conselho da Região Norte propôs por questão de ordem, reunir o item 7 em discussão com o item 8, referente a moção dos conselhos da região sudeste, e manifestou a necessidade de prever um representante de cada estado. Questionou porque na nova proposta a região amazônica ficará só com uma representação e o nordeste com três. Fez considerações sobre a importância da bacia amazônica e se dobrar o número de representantes dos conselhos estaduais, nada mais justo que dobre um de cada região, pois será um indutor para que a região possa avançar nas questões de recursos hídricos. O Dr. Garrido informou que a credencial não lhe

conferia o direito de voto. O Dr. Júlio Thadeu explicou que a lei prevê que a participação no Conselho é de conselhos estaduais, e a sugestão foi apresentada de acordo com a realidade institucional atual. A composição atual é um representante dos conselhos estaduais por região, sendo que seu suplente deve ser de outro estado da mesma região. Comentou que a região sul terá problema em indicar um suplente quando as vagas forem dobradas visto que a região só possui três estados, mas que estas questões deverão ser discutidas na proposta de revisão do regimento. Com relação a só uma vaga para a região norte justificou pelo fato de não existir conselhos estaduais na região norte e o aumento de vagas para a região nordeste foi justificada pelas características físicas, os problemas relacionados a água na região e também pela grande demanda dos estados. O Conselheiro Flavio Neiva por questão de ordem solicitou que fosse esclarecido o que se estava sendo discutido, a moção A, a moção B ou a proposta de analisar os itens 7 e 8 da agenda em conjunto. O Dr. Garrido informou que gostaria de colocar em votação a proposta do Dr. Cláudio para serem analisados em conjunto os itens 7 e 8 da pauta. Dr. Júlio Thadeu adiantou que sendo aprovado o aumento do número de conselheiros deverá haver o processo de escolha dos novos conselheiros, mas que na proposta de revisão do regimento a câmara técnica achou por bem sugerir que a renovação dos conselheiros seja alternada evitando a descontinuidade nos trabalhos do Conselho. O Conselheiro Di Bella comentou que nesses dois anos o CNRH avançou e muito se amadureceu, e disse que não bastava só preservar a representatividade entre união e usuários e que deveria ser feita uma análise considerando a representatividade dos setores e as atribuições daqueles que estão participando do Conselho, para evitar que alguns setores fossem mais privilegiados em detrimento de outros. Disse que era contrário a representação de agências dentro do Conselho, no sentido de que elas são entidades executoras de política e é no Conselho que se determina as políticas. O Dr. Garrido submeteu ao plenário a proposta de análise dos dois temas referentes a composição do Conselho, a qual foi aprovada por 15 votos a favor e dois contra. A seguir cedeu a palavra ao Dr. Cláudio que argumentou que o Conselho estabelece regras de longo prazo e que não podia concordar com a revisão do Conselho prevendo somente uma vaga para determinada região, porque ainda não foram constituídos os conselhos em todos os estados e complementou dizendo que achava mais racional fazer uma distribuição equitativa e se eventualmente não existir o conselho estadual a vaga ficará em aberto, pois será muito difícil esclarecer à Nação porque foi votada a composição do Conselho, que teoricamente teria que ter uma participação equitativa, com representações diferentes por regiões do país. Comentou ainda que era a primeira vez que participava de reunião do Conselho e que ficou surpreso pelo bom senso e pela lucidez com que os assuntos foram tratados e colocou que não tinha direito a voto, mas aproveitou o direito da voz para defender a representação dos conselhos estaduais da região norte. Dando continuidade aos trabalhos o Dr. Garrido convidou o Conselheiro Mendes Thame para comentar a moção referente ao item 8. O Conselheiro Thame comentou que a reivindicação dos conselhos estaduais era antiga anterior a lei federal. Os estados sempre reivindicaram definir um mecanismo que permitisse contemplar ao máximo a participação, ainda que como suplente, dos Conselhos, pois ao mesmo tempo em que se fortalecerá o Conselho, como definidor da política em todos os cursos d'água no país, também permitirá uma ligação automática, transparente, permanente e continua com os estados para dar mais sustentação e fortalecimento a este Conselho Nacional. O Conselheiro Júlio Thadeu questionou o Conselheiro Thame se alguma das propostas apresentadas pela Câmara Técnica atendia a moção apresentada pela região sudeste e lembrou que para prever um representante dos conselhos estaduais de cada estado e seguir a deliberação do Conselho, de manter a proporcionalidade atual dos seguimentos, o número de

conselheiros será maior do que 70 membros. O Dr. Garrido comentou que o Conselho teria que definir duas questões básicas. A primeira referente ao número de membros do Conselho e a outra mais difícil, referente a definição de quem iria ocupar as novas vagas. Para simplificar o processo perguntou se a alternativa B que propunha dobrar os membros do Conselho atenderia a proposta do Conselheiro Thame. Propôs votar a questão quantitativa e depois votar a questão referente aos setores que deveriam ocupar as novas vagas. O Conselheiro Thame comentou que os conselhos da região sudeste estavam imaginando manter o limite de 57 membros, e que o governo federal não usasse a prerrogativa de chegar até o 50% mais um como prevê a Lei, mas que ficasse com um número menor de membros, a outra saída seria contemplar os estados obrigatoriamente dentro das câmaras técnicas e dar direito a voz no plenário a todos os estados. O Dr. Garrido comentou que São Paulo tem indicado muito do caminho que o país tem seguido, com a política estadual, com o trabalho do DAEE, com o trabalho do Dr. Flávio Bart, com o trabalho do Dr. Rui, do próprio Conselheiro Thame e de tantos outros, e disse que a proposta era futurista, pois este era o estágio de aperfeiçoamento que se pretendia alcançar, mas ainda era um processo de aprendizado, e que no âmbito dos comitês de bacia, o governo federal não tinha maioria, e é nesta instância, que 95% dos problemas serão discutidos, só chegando ao Conselho o que é de caráter estratégico, portanto defendeu que nesse período de aprendizado é adequado o governo federal fazer uso da prerrogativa dos 50% mais um, mas que certamente chegará o momento em que o governo federal não terá esta maioria. O Conselheiro Thame comentou que sempre procurou o consenso, afinal o Conselho é o órgão que executa, político e administrativo, e não é uma academia de ciência, portanto tem-se que procurar minimizar o dissenso e não perseguir o consenso absoluto, o qual é muito difícil de se conseguir nas questões que envolvem diferentes estágios de atuação e implementação das políticas. Disse que não tinha delegação para abrir mão da moção, mas que evidentemente todos procuravam o consenso. Com a palavra o Conselheiro Langone comentou que a discussão da composição era nova para ele, mas que gostaria de chamar a atenção para, o que julgava ser o mais importante da discussão, ou seja o conceito e a importância que o Conselho tem como órgão superior no Sistema Nacional dos Recursos Hídricos, que delibera sobre as políticas de recursos hídricos e recomendou que a SRH deverá manter clara a prerrogativa de gestão e coordenação deste Sistema. Com a formação da Agência Nacional de Água, este fato irá de uma certa forma motivar os estados brasileiros a uma maior participação neste Sistema. Portanto quando se fala de paridade entre os governos federais e estaduais se tem uma paridade falsa, porque cada estado representa uma unidade federativa autônoma dentro do conceito de federação, com visões diferentes. Sugeriu que se considerasse na discussão sobre a composição do Conselho e que esta venha servir como elemento de motivação para que as unidades da federação se articulassem porque sem uma articulação da política federal com as políticas estaduais de recursos hídricos não haverá gestão dos rios federais articulada com a gestão das bacias estaduais. Este Conselho não é só uma instância de articulação entre as instâncias que tem responsabilidade de execução de políticas, que são os governos federais e estaduais, mas tem um papel importante de articulação com todos os seguimentos, portanto ressaltou a responsabilidade deste Conselho sobre o sistema que é nacional e não federal e da possibilidade de usarmos a composição como estímulo aos estados para estarem representados no Conselho. Comentou ainda que a correlação matemática dentro do Conselho não o preocupava pois haverá situações em que o governo federal precisará utilizar da prerrogativa de maioria, mas lembrou que em inúmeras situações os órgãos federais apresentam diferenças de enfoques entre si e dificilmente todo o restante do Conselho que são governos estaduais, representação das indústrias, representações de geração de energia, poderão ser contra uma virtual

proposta do governo federal. Lembrou que os conselhos em geral são instâncias de negociação, que a maior parte das resoluções, para obter a legitimação necessária, para se transformar em políticas concretas precisam ser necessariamente objetos de negociação entre os segmentos que estão representados no Conselho, portanto, o que teria que ser discutido na proposta de nova composição do Conselho era o conceito, e a proporção deveria ser tratada com relativização pois corre-se o risco de para garantir determinadas proporções serem indicados órgãos que não tem o mesmo padrão de responsabilidade ou mesmo padrão de conhecimento do tema, que garanta a organicidade necessária que esse Conselho deve ter e aí é preciso reconhecer que esse é um setor que tem muito a avançar, e que é um momento vital para o que será construído no futuro próximo em torno da idéia da estruturação de um Sistema Nacional de Recursos Hídricos que venham a ser instrumentos de mitigação e articulação, de eventuais conflitos que tenhamos na gestão de bacias com rios de domínio federal e estaduais. Complementou que é necessário ter uma composição plural e que todos os segmentos da sociedade estejam representados, mas há uma particularidade na participação dos governos, sejam eles o federal ou estadual, pois só os governos têm prerrogativas de execução das políticas a serem discutidas nessa instância. O Dr. Garrido agradeceu ao Conselheiro Langone e comentou que estas palavras enriqueceram as discussões, mas que para seguir o caminho indicado seria necessário maior tempo para a câmara técnica avaliar o assunto, e que buscava uma forma de dar sentido ao afunilamento por uma decisão sobre o tema. O Dr. Júlio Thadeu apresentou uma proposta visando contemplar os interesses apresentados, pois estava ficando evidente que a proposta B, de dobrar o número de conselheiros, parecia ser a mais viável e propôs encaminhá-la para a votação e como alternativa para contemplar a moção apresentada pelos conselhos estaduais, que se fizesse uma moção indicando que todos os conselhos estaduais pudessem participar do Plenário com direito a voz, permitindo assim a participação de todos os estados. O Dr. Garrido lembrou que caso fosse aprovada a alternativa B haveria a necessidade da indicação de quem deverá ocupar as vagas. O Dr. Júlio Thadeu propôs primeiro votar o número dos participantes, mantendo a proporção do conjunto de segmentos que foi aprovado na reunião anterior do Conselho, e depois passaria a discussão de quem integraria cada um dos conjuntos de segmentos. O Dr. Garrido questionou se seria possível fazer esta definição ainda na reunião e o Dr. Júlio disse que se não fosse possível poderia ser encaminhado para a Câmara Técnica sugerir uma proposta com a indicação dos membros a ocuparem as novas vagas. O Dr. Garrido comentou que talvez o aspecto mais relevante a considerar seja a definição da composição das regiões. O Dr. Júlio complementou que a proposta B, contemplará a demanda dos conselhos estaduais implantados e uma forma intermediária de contemplar as demandas dos conselhos estaduais é que os outros 7 poderão participar do Conselho com direito a voz. O conselheiro Di Bella solicitou esclarecimentos com relação a região sul que tem somente três estados e na proposta teria direito a quatro vagas, duas para titular e duas para suplente, portanto sobrar uma vaga na região sul, questionou como seria resolvido esta questão e também se a nova proposta prevê que as vagas dos conselhos seja definida por região ou por todos os conselhos implantados. O Dr. Júlio respondeu que esta questão deveria ser discutida, mas que na proposta apresentada estava previsto a divisão por região sendo que as vagas teriam que ser ocupadas por estados diferentes. O Dr. Garrido comentou que a questão federativa e regional no Brasil é forte e tirar vaga de uma região para outra parecia não ser aconselhável. O Conselheiro Neiva comentou que não via nenhuma saída regimental para o caso, a não ser a votar a proposta B e que julgava conveniente a matéria retornar a Câmara Técnica para acomodar essas questões de aumento e participação, mas que seria conveniente que todos os estados brasileiros estivessem representados no Conselho

970 e recomendou que a Câmara Técnica examinasse o aspecto da representatividade,
971 mantendo a proporcionalidade atual, mas achava difícil acomodar a situação e que o
972 ideal seria a não necessidade de Conselho para tratar das questões de água. O Dr.
973 Garrido comentou que poderia haver o risco de ser aprovada a proposta B, que dobra o
974 número de membros do Conselho, e depois, quando a câmara técnica estudasse quem
975 deveria utilizar as vagas, o direito adquirido fosse reclamado, por quem já estivesse
976 indicado por segmentos, e a outra questão apresentada pelo Conselheiro Neiva sobre
977 não ser necessário ter Conselho, isto seria assunto para o Congresso, pois a Lei só o
978 Congresso pode alterar. O Conselheiro Cirilo comentou que achava justo e pertinente a
979 solicitação dos estados de estarem representados no CNRH, dado ao caráter federativo
980 do país e fez referência a uma proposta feita durante as discussões para a primeira
981 composição do Conselho, em alguns dos foros de recursos hídricos do Brasil, a qual
982 sugeria que os estados fossem representados por pares de estados, pois se assim
983 acontecesse, todos esses estariam sempre representados no Conselho Nacional de
984 Recursos Hídricos, um como representante titular e o outro como suplente e a
985 alternância permitiria continuamente a presença de todos os estados nesse processo, o
986 fato de serem estados vizinhos certamente traria muito mais proximidade de interesses,
987 muitos deles compartilham as mesmas bacias hidrográficas, por fim comentou que o
988 futuro já havia chegado e que o Conselho já era maduro o suficiente para promover as
989 discussões continuamente, e comentou que ficou preocupado com a ausência de muitos
990 representantes de entidades federais, e era óbvio porque a medida que a representação
991 daqueles que interessam efetivamente em participar for crescendo o poder federal terá
992 de procurar mais e mais entidades que não terão necessariamente os mesmos interesses,
993 portanto achava que este argumento poderia ser desconsiderado, afinal no conjunto das
994 representações o poder público é absoluta maioria, sendo assim não precisaria do
995 governo federal estar preocupado com a garantia de sua maior representatividade. O Dr.
996 Garrido informou, a título de prestação de contas, que o Ministro Sarney Filho, solicitou
997 um levantamento dos faltantes para depois escrever para todos os ministros que não
998 tinham representantes presentes questionando as ausências. E quanto a questão da
999 representatividade no Conselho insistiu em dois aspectos, um de caráter insipiente, pois
1000 o nosso setor tem uma marcha menos célere do que outros setores pois opera por
1001 articulação, entendimento, participação e o processo de consulta leva a uma evolução
1002 mais lenta do que outros setores e o segundo é o fato de que só será encaminhado a
1003 conselhos, a esse colegiado, que está no ápice do Sistema Nacional de Recursos
1004 Hídricos os problemas que prenunciam o caráter estratégico pela grande importância
1005 que deva ser tratado no nível deste fórum, e achou interessante a lembrança da proposta
1006 da representatividade dos estados por pares de estados a qual projetava um Conselho de
1007 sessenta e poucas pessoas com a representatividade dos vinte seis estados, mas ressaltou
1008 que no momento está alternativa não poderia mais ser considerada, pois existiam duas
1009 propostas e que ter-se-ia de buscar uma forma de encaminhar a matéria. O Conselheiro
1010 Di Bella sugeriu que voltasse o assunto para a Câmara Técnica ou que se votasse a
1011 quantidade e depois o qualitativo para ser votado em uma próxima vez após o
1012 amadurecimento do assunto. O Conselheiro Júlio Thadeu concordo com a proposta do
1013 Conselheiro Di Bella e ressaltou que a discussão sobre o aumento do número de
1014 membros tem demonstrado ser um processo de aperfeiçoamento, que em cada reunião
1015 foi dado um passo a mais para a definição de quem participaria desse Conselho, mas
1016 que seria importante dar mais um passo que seria a definição do número de membros do
1017 Conselho e a proporcionalidade do conjunto de segmentos. O Dr. Garrido solicitou ao
1018 Conselheiro Mauro Viegas que assumisse a presidência dos trabalhos e o Conselheiro
1019 Mauro Viegas passou a votação da revisão da composição do Conselho sendo aprovada
1020 a proposta B referente a dobrar o número de membros e foi também aprovado retornar o

assunto para a Câmara Técnica para sugerir quem ocupará as novas vagas dos seguimentos mantendo a proporcionalidade. Dando continuidade aos trabalhos passou-se para o próximo item referente a apresentação do documento de contribuição para o estabelecimento de diretrizes para elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos e convidou o Conselheiro Paulo Paim para fazer as considerações sobre o documento. O Conselheiro Paulo Paim informou que o trabalho foi coordenado pelo dr. Leomax, que era o representante da ABES no Conselho anteriormente e coordenado pelo Dr. Flávio Bart e os convidou para fazer a apresentação. O Dr. Leomax comentou que a Câmara Técnica do Plano Nacional foi instituída no dia 08/12/1999 e já tinham sido realizadas 7 reuniões, que as atas estão disponibilizadas na página do Conselho na Internet. Comentou que a Câmara Técnica passou por 3 momentos, o primeiro momento foi de revisão do documento elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, que resultou em uma manifestação formal da câmara respaldando um parecer da SRH, no qual mostrava a necessidade de complementar o trabalho para se chegar a um Plano Nacional, o segundo momento, foi de coleta de informações junto aos conselheiros visando obter subsídios para se formular um plano, foram recebidas 08 respostas no total, abrindo lacunas como por exemplo a recomendação do setor elétrico, do setor de saneamento, do ministério de planejamento e orçamento que tem a incumbência de propor o Plano Plurianual. Sendo assim os membros da Câmara Técnica verificaram a necessidade de uma manifestação mais forte por parte do governo, como decisão política de se ter um Plano Nacional de Recursos Hídricos e no terceiro momento definiu-se pela elaboração de uma proposta com as diretrizes para a formulação do Plano sendo convidado o Dr. Flávio Bart para contribuir com a Câmara Técnica no sentido de formular uma proposta de como deverá ser o Plano. Na última reunião da Câmara Técnica a proposta elaborada foi aprovada pelos membros da Câmara Técnica a qual foi encaminhada ao Conselho. Após os esclarecimentos iniciais convidou o Dr. Flávio Bart para apresentar a proposta. Este iniciou comentando sobre sua experiência na elaboração de planos de recursos hídricos, exemplificando os do estado de São Paulo de 1991, bem como o acompanhado das experiências de outros estados e no âmbito federal, em particular muito recentemente esta participando da experiência do plano estadual da Bahia. Demonstrou ter experiências práticas de tentativas bem sucedidas e mal sucedidas de elaboração de planos no âmbito estadual e no âmbito nacional. O que mais aprendeu em relação a estes planos é que são processos técnicos e políticos. Se não houver participação adequada do governo na liderança técnica e política do processo, por melhor que seja o plano este ficará prejudicado. Portanto fez recomendação enfática para que se pense o Plano Nacional como um processo com a participação do governo com uma maturação especial, pois não adiantará simplesmente contratar uma empresa de consultoria, por mais capacitada que seja se não houver esta participação de todos os setores interessados. É necessário pensar na regionalização do plano, pois não será suficiente que se divida o país em grandes bacias hidrográficas. Para que a regionalização fique bem caracterizada, deve-se levar em consideração os ecossistemas, como os do semi-árido e do cerrado, bem como das regiões políticas e administrativas. Embora a legislação tenha elegido a bacia como base territorial de planejamento, disse que achava que no Plano Nacional isso não deveria ser visto como uma camisa de força, o Plano terá que apresentar uma visão mais estratégica e abrangente, ele não deverá ser uma somatória de planos de bacias e deverá considerar outros fatores, por exemplo: os eixos de desenvolvimento, os aquíferos subterrâneos, em especial aqueles que são subjacentes a mais de um estado. Outro ponto importante é planejar a obtenção das informações, o que não será difícil de fazer, com apoio de sistemas de informações geográficas, e progressivamente poderá melhorar a qualidade das informações e implementando esse sistema. Recomendou que antes de se contratar uma empresa de consultoria para

1072 elaborar o plano é necessário que haja no âmbito do governo e do Conselho Nacional
1073 um devido amadurecimento do que se pretende com o Plano, lembrou da existência de
1074 competências na área pública, com capacidade técnica e operacional que devem ser
1075 utilizadas ou ouvidas na elaboração do plano. Sugeriu que se defina um programa de
1076 trabalho antes de se ter um termo de referência para o plano, , e que se proponha um
1077 arranjo institucional para a sua elaboração contendo os órgãos e entidades públicas que
1078 serão responsáveis pelo acompanhamento da elaboração do plano com uma certa
1079 capacidade executiva operacional, que terá de obter recursos, insumos das entidades
1080 componentes do Conselho, como uma forma de reforço da capacidade do Conselho.
1081 Recomendou utilizar consultores individuais, entidades de cooperação internacional e
1082 exemplificou: OEA, UNESCO o Bureau of Reclamation. Comentou ainda que no
1083 conjunto de atividades a serem definidas no programa de trabalho deverá ser prevista a
1084 preparação do termo de referencia, ou seja, o programa de trabalho será fundamental.
1085 Esse programa de trabalho seria feito por uma equipe multistitucional, tendo como
1086 base a SRH apoiada por uma equipe multidisciplinar. O plano será muito complexo
1087 demandando interligação com varias áreas, citando por exemplo águas subterrâneas,
1088 qualidade das águas, energia elétrica e irrigação, então será importante que o Conselho
1089 tenha o apoio de consultores especializados. O programa de trabalho deverá contemplar
1090 a definição do arranjo institucional, mas que julgava que o Conselho é quem deverá
1091 propor o arranjo institucional. Lembrou da importância de se fazer um levantamento e
1092 análise de todo o acervo de informações e planos de bacias hidrográficas existentes, que
1093 deverão ser devidamente considerados. A análise das alternativas da divisão física e
1094 territorial do plano, baseado nesse sistema de informações georreferenciado que
1095 contemple ao mesmo tempo bacias, aquíferos, bacias transfronteiras e os ecossistemas
1096 será fundamental. Existem estudos que serão certamente necessários ao plano, que
1097 poderiam ser desencadeados imediatamente, por exemplo: caracterização das bacias,
1098 tanto das águas superficiais quanto das águas subterrâneas, demandas de investimentos,
1099 estudo sobre a cobrança que possivelmente será um dos aspectos mais polêmicos do
1100 plano. Um aspecto fundamental refere-se a definição de programas prioritários, através
1101 de consenso. O Conselho deverá decidir no início do processo quais seriam os
1102 programas recomendados e que precisam ser desencadeados ou ter o desencadeamento
1103 imediato. A proposta do conteúdo do plano e os produtos a serem obtidos deverão ser
1104 amplamente debatidos em seminários e oficinas e o termo de referência deverá
1105 caracterizar bem os produtos esperados. Apresentou a sua visão sobre o conteúdo do
1106 plano que deverá ter quatro etapas: Primeira etapa: diagnóstico, um retrato exato da
1107 situação das águas brasileiras, com seus indicadores de demanda, disponibilidade e
1108 qualidade, indicadores de saúde pública. Segunda etapa: prognóstico, cenário, objetivos,
1109 metas, e indicador, o que se pretende no futuro, as alternativas, o como se pretende
1110 evoluir com relação ao combate a poluição e melhorar a qualidade sanitária de nossas
1111 populações. Terceira etapa: programas de investimentos segundo cenários selecionados,
1112 elementos econômicos, institucionais e jurídicos de cada cenário, alternativas de gestão
1113 do plano, ou seja, identificar quanto custará cada alternativa e como serão alcançados os
1114 resultados e por último, algo que normalmente nos planos não é feito, um modelo de
1115 gestão do plano, como efetivamente será implantado, financiado e monitorado. Com
1116 relação aos produtos serão diferentes, inovadores, por exemplo: um sistema de
1117 informações do plano georreferenciado, acessível pela Internet. Devem ser
1118 disponibilizados: relatórios de eventos de mobilização e participação pública, as
1119 contribuições da sociedade com relação ao plano, uma homepage com lista de
1120 discussão, participação das comunidades técnicas uma sinopse ilustrada que atinja um
1121 público maior, programas prioritários e mecanismos institucionais de execução, fontes
1122 de financiamento, sistema de gestão do plano, com instrumentos técnicos, institucionais,

jurídicos e financeiros, sistema de informação gerenciais que permita ao Conselho acompanhar a execução e os resultados do plano e uma memória técnica, um acervo bem organizado, informatizado que seja disponível ao público, acessível pela Internet. Colocou que o horizonte de tempo para a elaboração do plano deverá ser de dois anos e meio desde o início de processo de elaboração até a sua conclusão e aprovação pelo Conselho. Isto não significará que efetivamente a produção de documentos técnicos levará todo esse tempo, mas sim que será necessário um período para efetivar progressivos consensos que devam constar no plano. Exemplificou que a primeira atividade nos primeiros três meses será propor o arranjo institucional para a elaboração do plano, ou seja, o governo deverá se esforçar, para acompanhar o plano, e somente depois de todo o conjunto de atividades apresentados, seria iniciada a discussão do termo de referencia para o plano, que seria somente contratado depois de um ano e meio, com a perfeita caracterização do que se pretende contratar, aí haverá um consenso bastante razoável do que deverá ser feito, qual a contribuição de nossas empresas de consultorias especializadas com relação ao plano, e propôs ao Conselho que estude e proponha o processo de elaboração, com uma progressiva avaliação, seminários e oficinas, para a procura de um consenso técnico e político em torno do que deverá conter o Plano. O prof. Mauro Viegas, Presidente da mesa, colocou em discussão a proposta apresentada. O Conselheiro Paulo Paim comentou sobre o prazer de receber uma proposta desta, que tem defendido dentro da ABES este tipo de visão e que as vezes era incompreendido, e que era uma satisfação pessoal saber que o Dr. Flavio compartilhava da mesma idéia. Reafirmou que também entendia que a elaboração do Plano é um processo político de base técnica, ou seja, o Plano não é um conjunto de papéis, não é um diagnóstico, um rol de propostas, o Plano deve ser um acordo social, a gestão deve ser participativa, porque num processo de gerenciamento de gestão, viável e política, deve-se envolver todos os atores do processo senão não haverá gestão, e sugeriu que desde o diagnóstico minucioso e como contribuição sugeriu que se considere o espaço para a participação de todos os atores no processo de elaboração do plano. O Dr. Leomax disse que analisou o trabalho mas que tinha a preocupação de saber qual o encaminhamento e a definição política do governo federal referente a elaboração do Plano Nacional e que entendia que a iniciativa para esse processo pela sua magnitude, pela sua complexidade, pela sua extensão, deveria ser no âmbito do governo, inclusive pelo custo necessário para se levar a diante este empreendimento, portanto uma decisão política que o governo federal deveria liderar. O prof Mauro Viegas comentou que a proposta estava clara e se aprovada deveria-se fazer chegar ao governo federal o desejo do CNRH para que se inicie esse trabalho. A proposta foi aprovada e a seguir passou-se para o próximo item da pauta: Assuntos Gerais convidando o conselheiro Júlio Thadeu para fazer as considerações sobre a reformulação do CEIVASF. O conselheiro Júlio convidou o Dr. Teodomiro de Araujo - Presidente do CEIVASF para fazer o encaminhamento da matéria ao Conselho. O Dr. Teodomiro fez alguns comentários sobre a bacia do São Francisco e comentou a dificuldade em se conseguir atender a todas as exigências da Resolução 5, devido ao tamanho da bacia e ao número de municípios. E pleiteou que o Conselho acatasse o processo incompleto, para não se perder todo o trabalho que foi realizado. Sugeriu que o Conselho acatasse em regime provisório o processo e quando concluído o trabalho seria encaminhado para a Câmara Técnica analisar o regimento interno pois não se trata de criar o comitê, o CEIVASF vem atuando até hoje, um dos únicos que prevaleceu do sistema anterior, portanto seria apenas reajustá-lo, enquadrá-lo dentro do que recomenda a Lei 9433/97, e entregou ao presidente da mesa, o requerimento ao Conselho no sentido de que fosse enquadrado o CEIVASF, porque precisa urgentemente de sua estrutura, dentro do Vale do São Francisco. O Dr. Garrido assumiu novamente a

1174 Presidência dos trabalhos e informou que a documentação seria encaminhada a Câmara
1175 Técnica para considerações e perguntou se algum Conselheiro gostaria de fazer uso da
1176 palavra. O Dr. Júlio Thadeu informou que o Secretário do escritório técnico da bacia do
1177 Rio Doce havia entregue um documento ao Conselho e solicitou que fosse comunicado
1178 a este Conselho a entrega desse documento, no qual é relatado as atividades na bacia
1179 com um breve relato das atividades do ano 2000 do escritório da bacia do Rio Doce. O
1180 Dr. Garrido informou que a entrega do documento ficaria registrada em ata e perguntou
1181 se alguém mais gostaria de fazer uso da palavra. O Conselheiro Mauro Viegas desejou
1182 a todos um feliz novo século, feliz 2001 e que juntos todos possam trabalhar pelas suas
1183 obrigações, os compromissos assumidos como conselheiros deste Conselho,
1184 complementou que haverá muito o que fazer e que será necessário o entrosamento de
1185 todos e desejou a todos um feliz ano novo e que todos levem avante suas obrigações e
1186 ao Presidente da casa, o Dr. Garrido que com a paciência de baiano que ele tem em ver
1187 e ouvir, com a maior calma e tranquilidade tomar as melhores decisões nas horas
1188 certas e agradeceu a todos. O conselheiro Langone registrou que o Rio Grande do Sul
1189 criou a Secretaria Estadual de Meio Ambiente a um ano e quatro meses e esta semana a
1190 Assembléia Legislativa do Estado delegou a secretaria a competência de órgão de
1191 integração do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, bem como a Presidência do
1192 Conselho Estadual de Recursos Hídricos e o Fundo de Recursos Hídricos e que o
1193 Departamento de Recursos Hídricos passou a assumir a responsabilidade global da
1194 gestão do sistema no Rio Grande do Sul, e que passou também a assumir a
1195 representação neste Conselho. Disse que se empenhará em trazer a experiência do Rio
1196 Grande do Sul para dialogar com as experiências de outros estados trabalhando no
1197 sentido da construção de seus sistemas estaduais e da articulação com o sistema
1198 nacional. O Dr. Garrido comentou que foi alcançado um ótimo resultado ao final da
1199 reunião, talvez uma das mais proveitosas de todas, a agenda foi vencida, sem que isso
1200 prejudicasse o debate, a chegada dos novos conselheiros representou e representa uma
1201 renovação e o aporte de novas idéias, por isso a renovação é sempre importante, e que
1202 considerava como uma das mais fecundas reuniões que teve oportunidades de realizar, e
1203 participar, desde a instalação do Conselho, no auditório do IBAMA em novembro de
1204 1998 e que via com imensa satisfação que o Conselho alcançou uma velocidade boa de
1205 trabalho e o resultado disso fluirá nas diversas resoluções e recomendações do
1206 Conselho. Será uma contribuição muito importante pelos diversos agentes que se fazem
1207 presentes ao processo da gestão de Recursos Hídricos, desde os usuários da água
1208 passando por todas as categorias de organizações do executivo, nos três níveis de poder
1209 e chegando a sociedade civil organizada que tem prestado uma inestimável contribuição
1210 ao setor, em particular através dos trabalhos desse colegiado, e finalizando expressou
1211 os agradecimentos do próprio ministério, Sarney Filho, que prestigiou com sua presença
1212 com estimulantes palavras do dia e em nome da secretaria executiva, em
1213 particularmente agradeceu muito ao dr. Júlio Thadeu, ao Dr. Roberto Monteiro, Dra.
1214 Flavia Barros a Dra. Celia Pimenta, ao corpo de secretárias que nos permitiu programar
1215 essa reunião para que ela ocorresse sem as dificuldades administrativas que
1216 normalmente costumam ocorrer. Mas sobretudo o Dr. Garrido expressou os
1217 agradecimentos aos conselheiros, pela riqueza das contribuições, na certeza absoluta
1218 que este conselho esta dando passos na construção continuada que já vem sendo
1219 realizado a vários anos, do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e estendeu os
1220 agradecimentos a todos os que vieram trazer algum trabalho novo, alguma idéia nova,
1221 algum pleito de interesse do seu segmento, como falou o Dr. Teodomiro, a todos os
1222 convidados que com suas presenças enriqueceram e trouxeram brilho para a reunião,
1223 deu por encerrada a 5ª reunião extraordinária do Conselho Nacional de Recursos

1224 Hídricos. Uma vez aprovada pelo plenário do Conselho a presente Ata será assinada por
1225 mim, Raymundo José Santos Garrido, Secretário Executivo e pelo Presidente do
1226 CNRH.
1227